

Goiânia, 2 de fevereiro de 2017.

[assinado eletronicamente]

ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

PORTARIA TRT 18ª GP/DG Nº 215/2017

Delega competência ao Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, ao Secretário-Geral da Presidência, ao Diretor-Geral, ao Secretário-Geral Judiciário e à Secretária de Gestão de Pessoas.

O DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que a Administração Pública Federal deve obedecer, dentre outros, ao princípio fundamental da delegação de competência, utilizada como instrumento de descentralização administrativa com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, consoante disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, bem como nos artigos 11 e seguintes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor da Escola Judicial, no que se refere à formação de magistrados, para:

I – autorizar a participação em ações de formação e aperfeiçoamento, tais como palestras, cursos, simpósios, seminários e congressos;

II – conceder gratificação por encargo de curso.

III – conceder diárias, indenização de transporte e adicional de deslocamento, bem como autorizar o seu afastamento, em casos de viagens a serviço, para participação em ações de formação e aperfeiçoamento, tais como palestras, cursos, simpósios, seminários e congressos.

Art. 2º Delegar competência ao Diretor-Geral para:

I – conceder aos servidores os seguintes direitos e benefícios, em conformidade com a legislação em vigor:

a) averbação de tempo de serviço;

b) gratificação por encargo de concurso;

c) ajuda de custo, transporte de mobiliário e bagagem e transporte pessoal e de seus dependentes;

d) abono de permanência;

e) autorização para:

1. participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, desde que expressamente permitida pela autoridade subordinante do servidor;

2. condução de veículos, pertencentes à frota oficial do Tribunal, desde que compatíveis com o documento pessoal de habilitação.

II - lotar e remover servidores;

III - designar, por portaria, servidores para o exercício de função comissionada, mediante indicação da autoridade competente;

IV - determinar as reposições e indenizações ao erário, decorrentes de atos ou fatos relativos a servidores;

V - determinar descontos em folha de pagamento de servidor, mediante autorização deste, determinação judicial ou nos demais casos previstos em lei;

VI - dar posse, quando determinado pelo Presidente, aos nomeados para o exercício de cargo em comissão de níveis CJ-1, CJ-2 e CJ-3;

VII - conceder progressão funcional e promoção aos servidores aprovados em processo de avaliação de desempenho;

VIII- conceder diárias, indenização de transporte e adicional de deslocamento, bem como autorizar o pagamento de ajuda de custo a desembargadores e servidores, autorizando o afastamento de servidores, em caso de viagens a serviço.

IX – conceder a conversão de licença-prêmio por assiduidade em pecúnia, em caso de aposentadoria;

X – autorizar:

a) a aquisição de material e a contratação de serviços;

b) a instauração de procedimento licitatório, bem como a homologação do seu resultado e a adjudicação do objeto ao licitante vencedor;

c) a adesão a atas de registro de preços realizados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal;

d) o pagamento de honorários periciais, de tradutores e intérpretes, observado o disposto no Título VII do Provimento Geral Consolidado;

XI- promover a alienação, nos termos da legislação em vigor:

a) de bens inservíveis ou sem utilização previsível;

b) de veículos de propriedade do Tribunal, podendo assinar os respectivos documentos necessários à transferência.

XII – atuar como representante do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região perante as Autoridades Certificadoras vinculadas à ICP – Brasil, sempre que necessário solicitar emissão, renovação ou revogação de certificados digitais de equipamento/aplicação para atender as necessidades de segurança da informação;

XIII - representar o Tribunal nos contratos, convênios e demais ajustes em que o órgão figure como parte, bem como nos termos aditivos, assinando os respectivos instrumentos;

XIV- aprovar projetos básicos e termos de referência, na forma da Lei;

XV – aplicar às empresas contratadas as penalidades administrativas previstas em Lei.

§1º As atribuições constantes dos incisos I, IX e XII deste artigo poderão ser objeto de subdelegação de competência, total ou parcial, ao Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, mediante portaria expedida pelo Diretor-Geral.

§2º A atribuição constante do inciso XII deste artigo compreende também a assinatura de termos aditivos para acréscimo do objeto, prorrogações e alterações de contratos administrativos, acordos, convênios ou ajustes firmados pelo Tribunal, bem como termos de rescisão contratual.

Art. 3º Delegar competência ao Diretor-Geral para atuar como Ordenador de Despesas.

Art. 4º Delegar competência ao Secretário-Geral da Presidência para:

I – conceder aos servidores os seguintes direitos e benefícios, em conformidade com a legislação em vigor:

a) licenças:

1. para tratar de interesses particulares;

2. prêmio por assiduidade e/ou para formação;

3. por motivo de afastamento de cônjuge;

4. capacitação.

b) auxílio-moradia;

c) adicionais:

1. noturno;

2. por serviço extraordinário;

- d) pagamento de vantagens adquiridas;
- e) trânsito;
- f) afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal;
- II - dar posse, quando determinado pelo Presidente, aos nomeados para o exercício de cargo em comissão de níveis CJ-1, CJ-2 e CJ-3;
- Art. 5º Delegar competência ao Secretário-Geral Judiciário para o exercício das seguintes atribuições:
- I – expedir orientações às unidades administrativas de apoio judiciário quanto às seguintes matérias:
- a) propostas de desenvolvimento de sistemas informatizados ou de aperfeiçoamento dos já existentes;
- b) procedimento judicial, observados a legislação processual, o Regimento Interno, o Regulamento Geral, o Provimento Geral Consolidado e demais normas internas do Tribunal;
- c) protocolo e distribuição de petições e documentos.
- II – expedir mandados judiciais e editais para intimação das partes litigantes, quando cabível;
- III – alterar a escala de plantão permanente;
- IV – deliberar quanto a solicitações para:
- a) cadastro de peritos, tradutores e intérpretes;
- b) credenciamento de leiloeiros;
- c) cadastro de depositários particulares de bens;
- d) cadastro de corretores de imóveis;
- e) cadastro de advogados voluntários.
- V – designar servidores para desempenhar as atribuições de oficial de justiça na condição ad hoc;
- §1º As atribuições constantes do inciso II deste artigo poderão ser subdelegadas aos Secretários, Coordenadores ou Diretores das unidades subordinadas à Secretaria-Geral Judiciária.
- §2º Caso o conteúdo seja de interesse geral, as orientações a que se refere o inciso I deste artigo poderão ser transmitidas por meio de portaria.
- Art. 6º Delegar competência à Secretária de Gestão de Pessoas para:
- I – conceder aos servidores os seguintes direitos e benefícios, em conformidade com a legislação em vigor:
- a) licenças:
1. para tratamento de saúde;
2. por motivo de doença em pessoa da família;
3. por acidente em serviço;
4. à gestante, bem como a prorrogação do período da licença-maternidade de que trata a Lei nº 11.770/ 2008;
5. à servidora e ao servidor adotante, bem como a prorrogação prevista na Lei nº 11.770/2008;
6. paternidade;
7. para o serviço militar;
8. para o desempenho de mandato classista;
9. para atividade política;
- b) salário-família;
- c) designação, antecipação, interrupção, adiamento ou parcelamento de férias, bem como a antecipação de cinquenta por cento da gratificação natalina, por ocasião das férias;
- d) auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, auxílio-transporte e assistência médico odontológica, bem como os demais benefícios de programas assistenciais instituídos pelo Tribunal, consoante as regras e procedimentos específicos;
- e) auxílios:
1. reclusão;
2. funeral;
3. natalidade;
- f) adicionais:
1. de qualificação;
2. de periculosidade, de insalubridade e de atividades penosas;
- g) horário especial para estudante;
- h) prazo para tomar posse e para entrar em exercício;
- i) gratificação natalina;
- j) indenização de transporte devida aos servidores que exercem a atividade de execução de mandados;
- k) redução de jornada de servidora lactante para amamentação do próprio filho;
- l) inclusão/exclusão de dependente para efeito de dedução no Imposto de Renda Retido na Fonte;
- m) abono de ausências em virtude de doação de sangue, alistamento como eleitor, casamento e falecimento de pessoa da família;
- n) afastamento para exercício de mandato eletivo;
- o) juntada de documentos aos respectivos assentamentos funcionais;
- p) afastamento de servidora em virtude de aborto atestado por médico oficial;
- II – autorização para:
- a) participação em tribunal do júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- b) inscrição de dependente econômico nos registros funcionais;
- c) redução da jornada de trabalho, se comprovada a necessidade por junta médica oficial;
- III – dar posse aos servidores do quadro de pessoal;
- IV – decidir sobre pedido de afastamento para prestação de serviços à Justiça Eleitoral;
- V – autorizar registro de elogios funcionais em favor de servidores quando:
- a) propostos pela respectiva autoridade subordinante ou superior a esta;
- b) propostos por pessoas que não se enquadram na alínea anterior, desde que ratificados pela autoridade subordinante do servidor elogiado;
- VI – homologar a opção pela Gratificação de Atividade Externa – GAE ou pela Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, instituídas pela Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006;
- VII – reconhecer e autorizar o registro de união estável.
- VIII – autorizar a participação de servidores em ações de formação e aperfeiçoamento, tais como palestras, cursos, simpósios, seminários e congressos;
- IX – conceder gratificação por encargo de curso.
- X – conceder diárias, indenização de transporte e adicional de deslocamento a servidores, bem como autorizar seu afastamento, em casos de viagens a serviço, para participação em ações de formação e aperfeiçoamento, tais como palestras, cursos, simpósios, seminários e congressos.
- Art. 7º Dos atos praticados com fundamento no artigo 2º desta portaria cabe pedido de reconsideração à autoridade delegada.
- Parágrafo único. Mantida a decisão, o interessado poderá recorrer à autoridade delegante, na forma da legislação em vigor.

Art. 8º A delegação de competência constante desta Portaria vigorará até o dia 31 de janeiro de 2019, podendo ser revogada a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Publique-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Goiânia, 3 de fevereiro de 2017.

BRENO MEDEIROS

Desembargador Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Goiânia, 3 de fevereiro de 2017.

[assinado eletronicamente]

BRENO MEDEIROS

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

Portaria GP/DG/SGPE

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA TRT 18ª GP/DG/SGPE Nº 211/2017

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito as nomeações dos candidatos abaixo nominados, em face da inobservância do prazo legal para posse:

EDUARDO VILLAR E SILVA, constante da Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPe Nº 536/2016, publicada no Diário Oficial da União – Seção 2, nº 250, de 29.12.2016.

FABIANO ANTONIO DE MELO, constante da Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPe Nº 539/2016, publicada no Diário Oficial da União – Seção 2, nº 251, de 30.12.2016.

ISADORA DE SOUSA CAVALCANTE, constante da Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPe Nº 540/2016, publicada no Diário Oficial da União – Seção 2, nº 1, de 02.01.2017.

Art. 2º Nomear os candidatos abaixo nominados, aprovados em concurso público, para ocuparem, em caráter efetivo, sob a égide da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cargos da carreira de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe “A”, Padrão 1, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, observada a ordem de classificação no certame, e cuja origem das vagas se especifica:

220º lugar - ANA CAROLINA ROTA PEREIRA

Origem da Vaga: Vacância, em virtude da redistribuição do cargo ocupado pela servidora Talitha Anne Gomes de Medeiros Araújo, mediante reciprocidade com cargo vago, constante da Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPe Nº 474/2016, publicada no Diário Oficial da União - Seção 2, nº 222, de 21.11.2016.

223º lugar - OSVALDO PEREIRA DE MORAIS NETO

Origem da Vaga: Vacância, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, do cargo ocupado pela servidora Thais Brito Farias.

224º lugar - ANDRE PIZZI PINHEIRO

Origem da Vaga: Vacância, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, do cargo ocupado pela servidora Ana Leopoldina Teixeira de Castro.

Publique-se no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Goiânia, 2 de fevereiro de 2017.

[assinado eletronicamente]

ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

Desembargador-Presidente

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA TRT 18ª GP/DG/SGPE Nº 212/2017

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Nomear o candidato abaixo nominado, aprovado em concurso público, para ocupar, em caráter efetivo, sob a égide da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cargo da carreira de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe “A”, Padrão 1, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, observada a ordem de classificação no certame, e cuja origem da vaga se especifica:

180º lugar – DANIEL FERNANDES FRONCHETTI

Origem da Vaga: Vacância, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, do cargo ocupado pela servidora Luciana Lopes de Medeiros Tavares.

Publique-se no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Goiânia, 2 de fevereiro de 2017.

[assinado eletronicamente]

ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

Desembargador-Presidente

PORTARIA TRT 18ª GP/DG/SGPE Nº 216/2017

PORTARIA TRT 18ª GP/DG/SGPE Nº 216/2017

Anexos

Anexo 1: [Download](#)

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO